

REFORMA TRIBUTÁRIA

EM DEFESA DA PEC 110/2019 DO SENADO DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DO SENADO
RODRIGO PACHECO

AUTOR:
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
+ 65 senadores

RELATOR:
SENADOR ROBERTO ROCHA

LUIZ CARLOS HAULY

ECONOMISTA • ESPECIALISTA TRIBUTÁRIO
DEPUTADO FEDERAL 7 por mandatos 1991/2019
SECRETÁRIO DA FAZENDA DO PARANÁ por 2 VEZES
RELATOR DA LEI 123/2006 (SUPERSIMPLES);
RELATOR LEI 87/1996 (LEI ICMS/EXPORTAÇÕES)

PEC110.COM.BR



Apresentação Nº 444

Para: COMISSÃO ESPECIAL RT PEC 7/2020

BRASÍLIA 21/06/2022

Objetivo



FOMENTAR O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

CRESCIMENTO DA
ECONOMIA

IGUALDADE SOCIAL

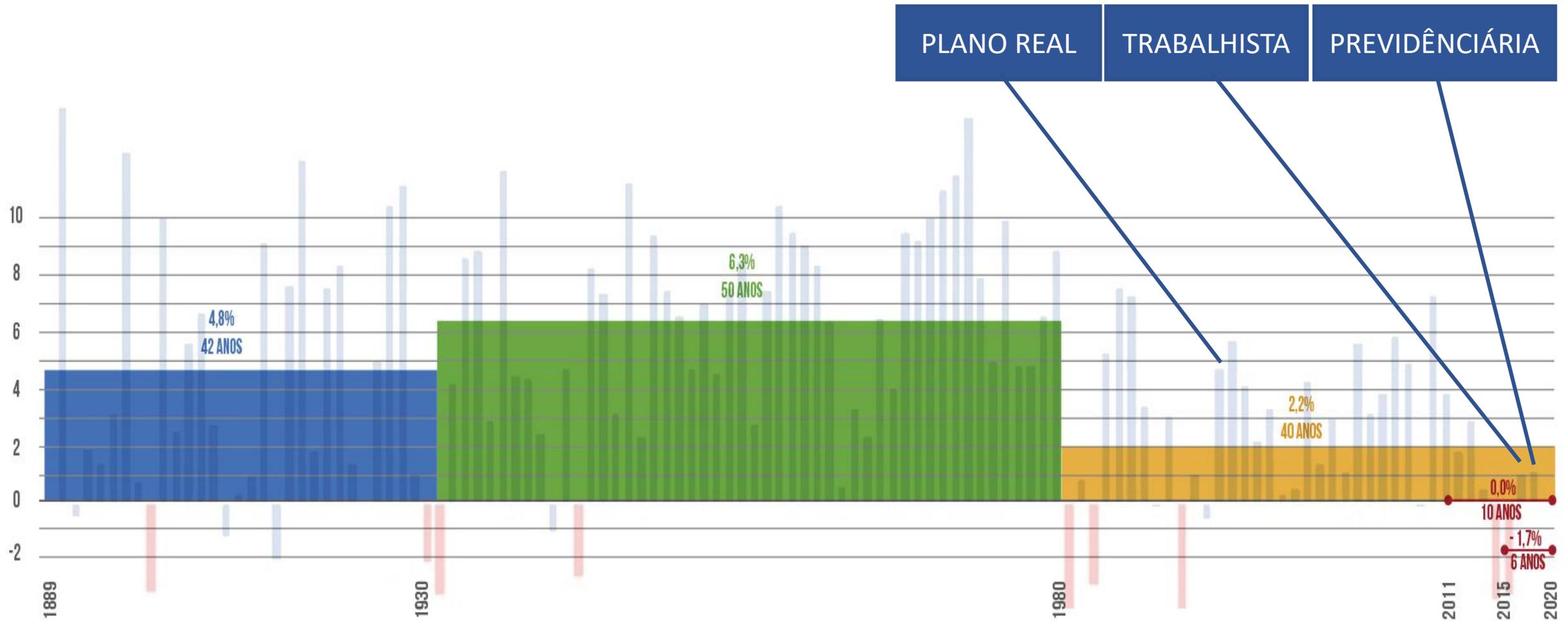


POR QUE REFORMAR?

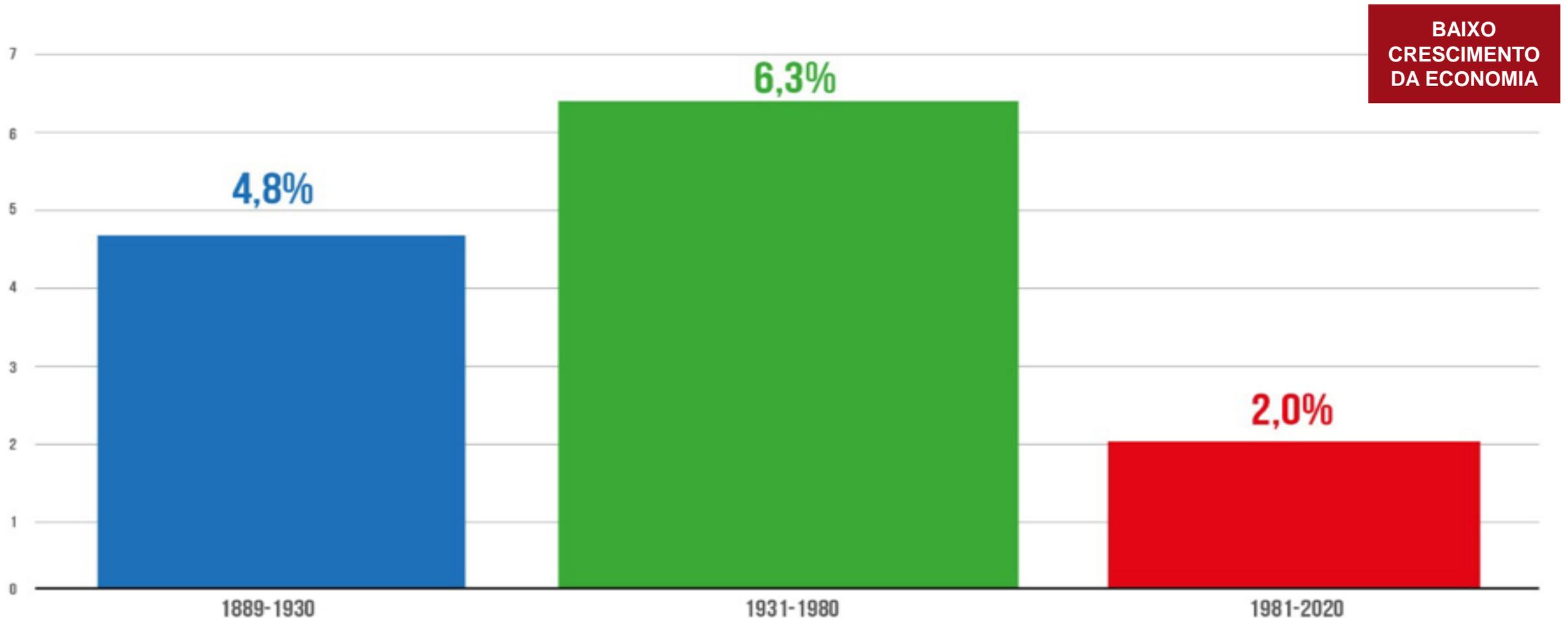
Por que mudar?

POR QUE REFORMAR?

NOSSA ECONOMIA FOI DE TIGRE À PATINHO FEIO MUNDIAL



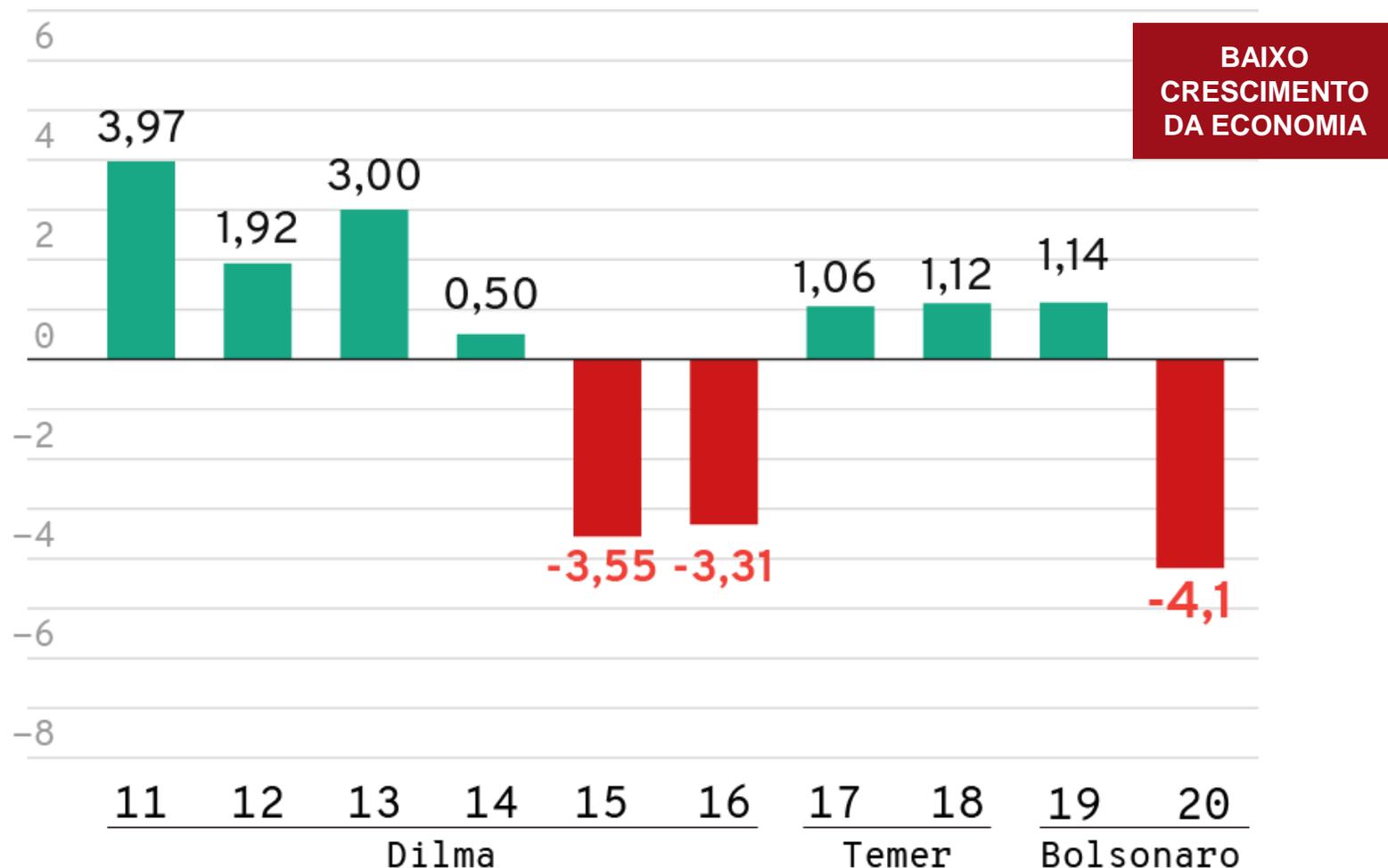
DE TIGRE AO VOO DE GALINHA À PATINHO FEIO NO MUNDO



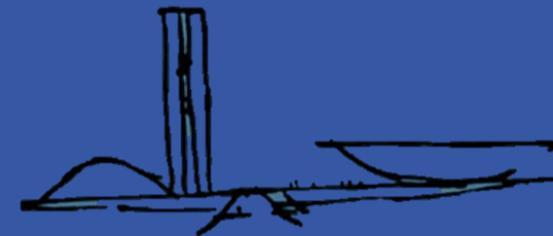
VOO DE GALINHA



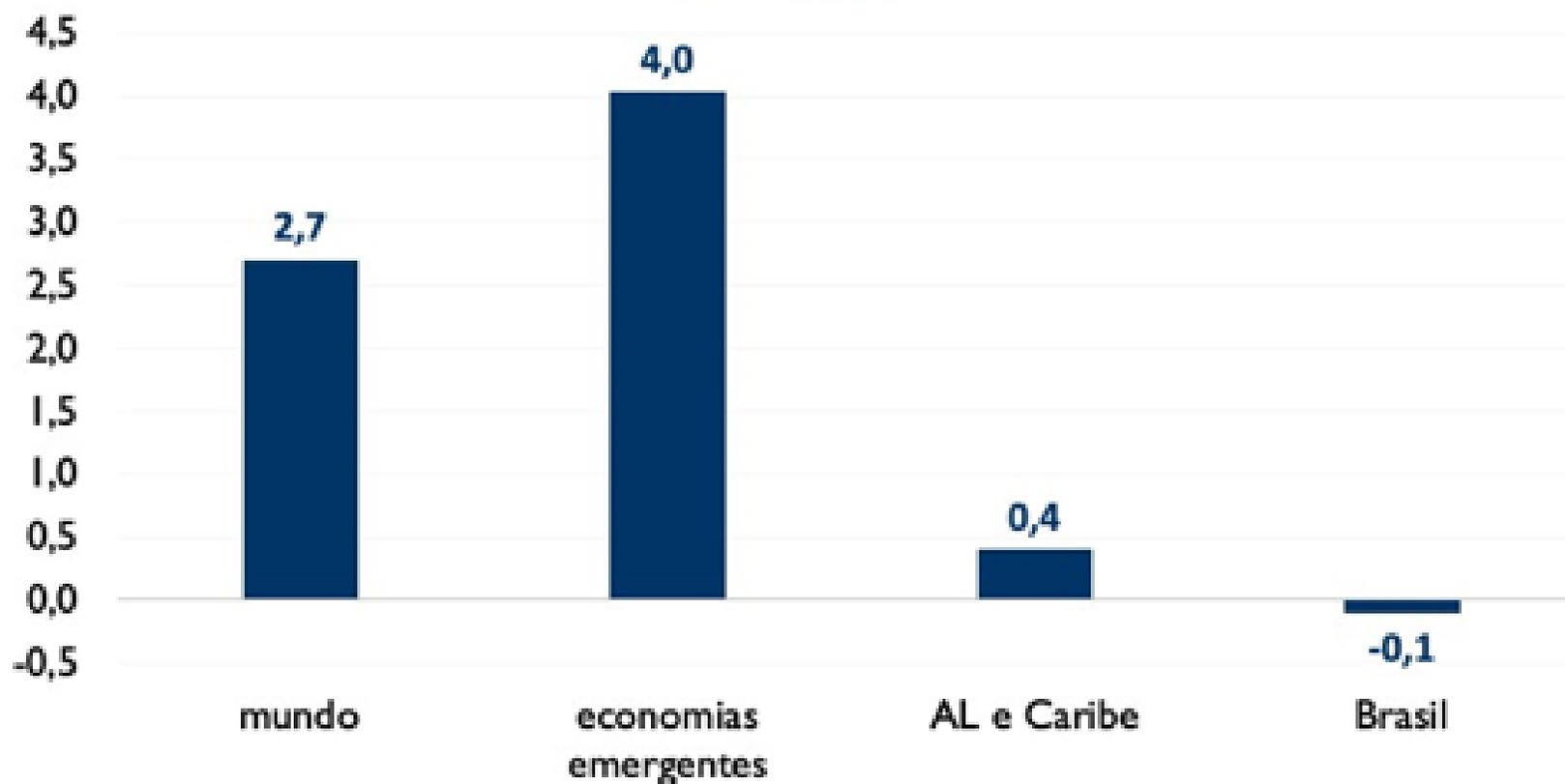
“VOO DE GALINHA”
COM **PIB ZERADO**
ENTRE 2011/2020 E
“CRINA DE RABO DE
CAVALO” NEGATIVO
EM **12%** ENTRE
2015/2020



PATINHO FEIO NO MUNDO



Gráf. 2: Taxas Médias Reais de Crescimento do PIB na Década Atual (2011-20, %)*



**BAIXO
CRESCIMENTO
DA ECONOMIA**

*2020 = projeções FMI (mundo, emergentes e AL) e Focus/BCB (Brasil). Fontes: FMI; IBGE; Focus/BCB.

RENDA PER CAPITA

ZERADA NA DÉCADA 2011/2020



	Crescimento acumulado em 10 anos	Crescimento médio anual
1901-10	11.3%	1.1%
1911-20	17.3%	1.6%
1921-30	34.2%	3.0%
1931-40	32.3%	2.8%
1941-50	40.8%	3.5%
1951-60	51.1%	4.2%
1961-70	36.9%	3.2%
1971-80	79.1%	6.0%
1981-90	-3.9%	-0.4%
1991-00	18.1%	1.7%
2001-10	27.8%	2.5%
Projeção 2011-20*	0.0%	0.0%

RENDA
BAIXÍSSIMA

34 MILHÕES DE DESEMPREGADOS E SUBEMPREGADOS CRÔNICO



BAIXA GERAÇÃO
DE EMPREGOS

Gráfico 2 Evolução da população subutilizada (em milhões)



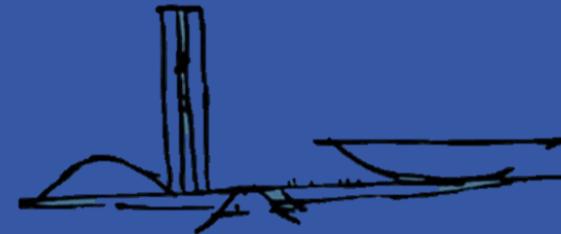
(1) Pessoas desocupadas, desalentadas, não desalentadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas.
Fonte: IBGE / Elaboração e Prognóstico (p): ACLacerda Consultores



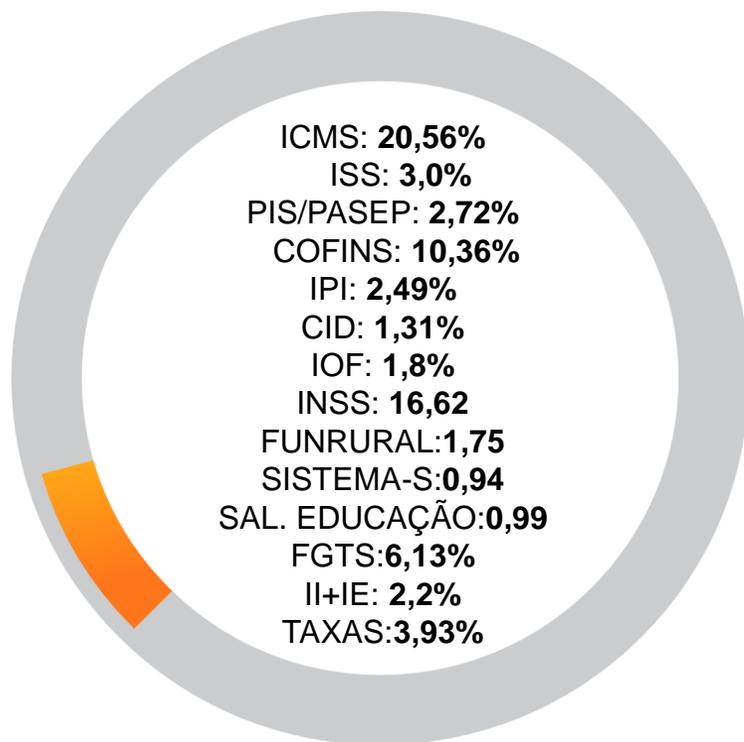
Por que mudar?

PERFIL DO ATUAL MANICÔMIO TRIBUTÁRIO

BRASIL – CARGA MÉDIA 33% do PIB



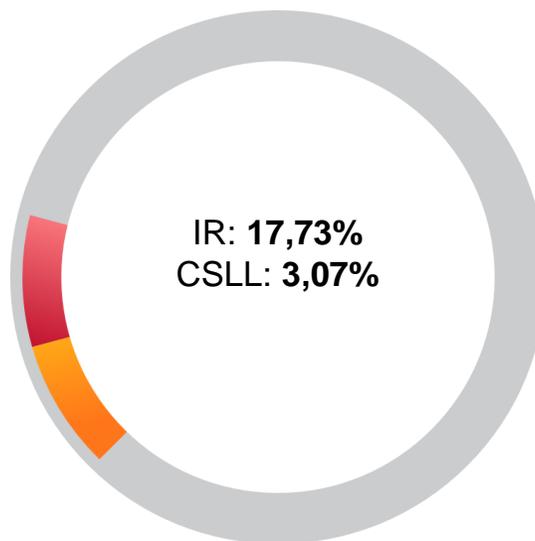
CONSUMO/FOLHA



74,8%

(24,69% PIB)

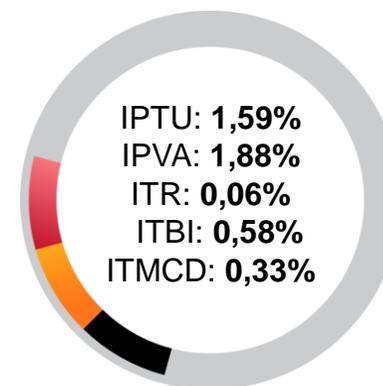
RENDA



20,8%

(6,87% PIB)

PATRIMÔNIO



4,4%

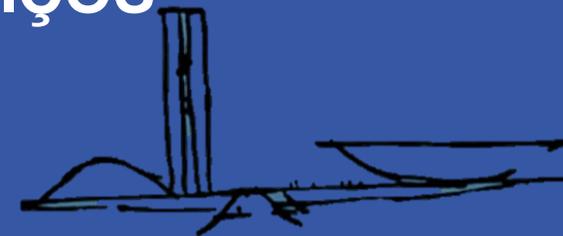
(1,45% PIB)

100%

33%

1º ERRO: DIVISÃO DA BASE DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS EM 3 TRIBUTOS (ISS, ICMS/ IPI) // AUSÊNCIA DE UM SÓ IVA

2º ERRO: ELEVADA CARGA NA BASE CONSUMO



BASES TRIBUTÁRIAS			
ARRECADAÇÃO	EUA (27% PIB)	BRASIL (33% PIB)	OCDE (34% PIB) (média)
CONSUMO/PREVIDÊNCIA	40,6%	74,8%	60,4%
BASE RENDA	49,1%	20,8%	34,1%
BASE PATRIMÔNIO	10,3%	4,4%	5,5%

O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA PAGA 53,9% E OS MAIS RICOS SÓ 29% DA SUAS RENDAS



CARGA POR FAIXA DE SALÁRIO:

Faixa De Salário	Carga Tributária Bruta - 2004	Carga Tributária Bruta - 2008	Dias Destinados ao Pagamento de Tributos
até 2 SM	48,8%	53,9%	197 dias
2 a 3	38,0%	41,9%	153 dias
3 a 5	33,9%	37,4%	137 dias
5 a 6	32,0%	35,3%	129 dias
6 a 8	31,7%	35,0%	128 dias
8 a 10	31,7%	35,0%	128 dias
10 a 15	30,5%	33,7%	123 dias
15 a 20	28,4%	31,3%	115 dias
20 a 30	28,7%	31,7%	116 dias
Mais de 30 SM	26,3%	29,0%	106 dias
CTB, segundo CFP/DIMAC	32,8% PIB	36,2% PIB	132 dias

**MAIO
DESIGUALDADE
SOCIAL DO MUNDO**

PERFIL DO ATUAL MANICÔMIO TRIBUTÁRIO

Baseado em arrecadação sobre o consumo

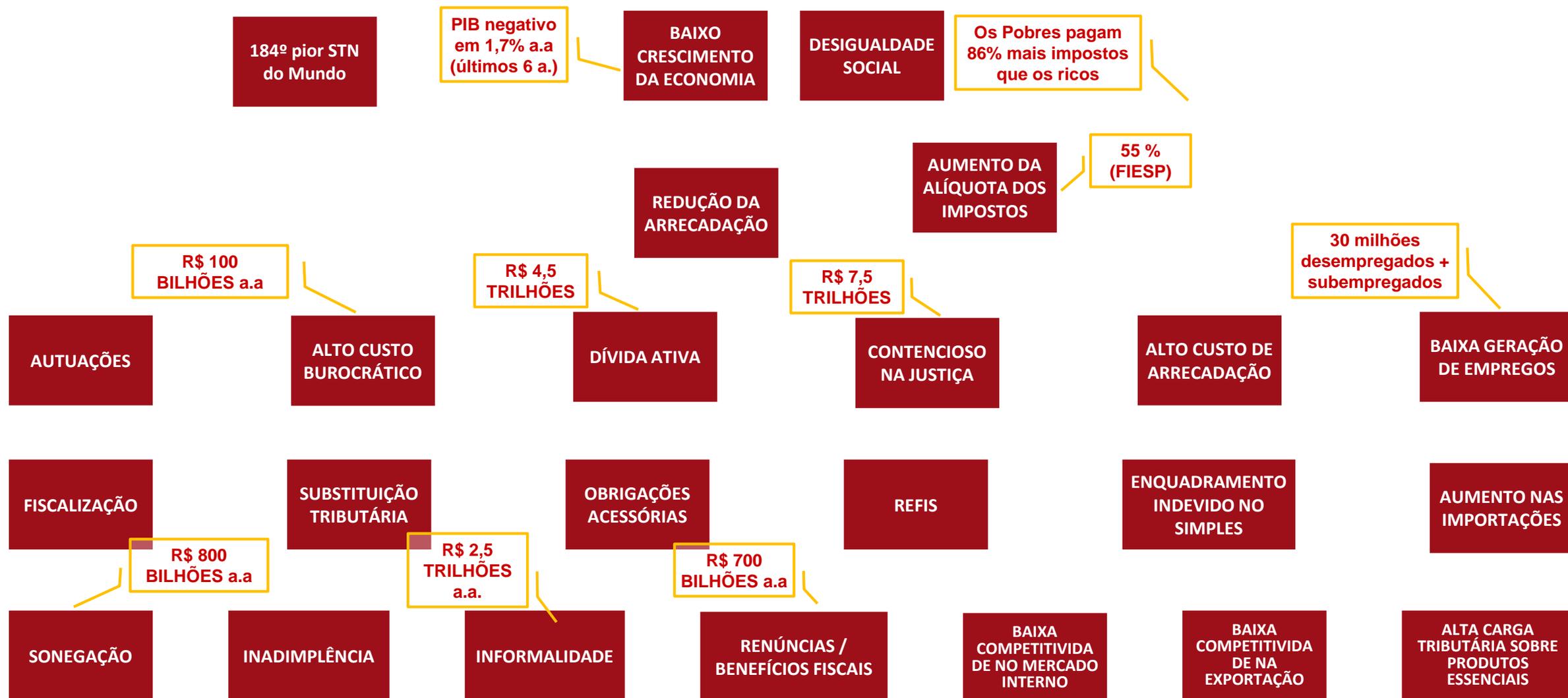
75% DA ARRECADAÇÃO
SOBRE CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS

QUEM PAGA ESSA CONTA?

O CONSUMIDOR NOS PREÇO DOS BENS/SERVIÇOS



Efeitos Indesejáveis – Por que Mudar?



GORDURAS TRANS NOS PREÇOS RELATIVOS DESTRUIU A ECONOMIA E O MERCADO BRASILEIRO



ESTIMATIVA DE PERDA ANUAL DE
ARRECAÇÃO PARA UNIÃO,
ESTADOS, MUNICÍPIOS DE

R\$ 1 TRILHÃO

**+ SONEGAÇÃO DE
R\$ 800 BILHÕES**

PREJUÍZO PARA O BOLSO DOS
CONSUMIDORES DE

R\$ 1 TRILHÃO

+ R\$ 100 BILHÕES

COM A BUROCRACIA
DECLARATÓRIA DOS
IMPOSTOS

PIB 2022

R\$ 10 TRILHÕES

**CARGA TRIBUTÁRIA
MÉDIA 33% PIB
(R\$ 3,3 TRILHÕES)**

**PIB década 2011/2020
ZERO de crescimento**

**INFORMALIDADE
25% DO PIB**

(R\$ 2,5 TRILHÕES)

**184º PIOR SISTEMA
TRIBUTÁRIO DO MUNDO**

• PERDA ANUAL DE ARRECAÇÃO:

- RENÚNCIAS LEGAIS R\$ 700 BILHÕES (7,0% PIB)
- INADIMPLÊNCIA R\$ 300 BILHÕES (3,0% PIB)

• **SUBTOTAL R\$ 1 TRILHÃO (10% PIB)**

• PIB INFORMAL R\$ 2,5 TRILHÕES (25% PIB)

• **SONEGAÇÃO R\$ 800 BILHÕES (8% PIB)**

• **BUROCRACIA R\$ 100 BILHÕES (1% PIB)**

• **TOTAL PERDAS R\$ 1,9 TRILHÃO (19 % PIB)**

• FONTES: RF, IPEA, IBGE, INSPER, IBPT, BID e BIRD



O QUE MUDAR?

A (DES)CONSTRUÇÃO DO STN

EMENDA CONSTITUCIONAL 18/1965 CRIOU O ATUAL STN: CARGA **19% PIB**

E ERROU AO DIVIDIR A BASE DO CONSUMO de BENS E SERVIÇOS EM 3 TRIBUTOS (ISS, ICMS/ IPI)

Assembleia Nacional Constituinte de 1988: CARGA **22,8% PIB**

A UNIÃO PERDEU PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS: 15% do IR e 25% do IPI E OS 5 IMPOSTOS MONOFÁSICOS SOBRE COMBUSTÍVEIS, ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES, TRANSPORTES E MINERAIS.

As Reformas Fatiadas, a Criação das Contribuições e a elevação da carga Tributária criou o manicômio e o 184º pior Sistema Tributário do mundo.

DE 1989/2020 A CARGA SUBIU 10% do PIB → de **22,8%** para MÉDIA de **33% PIB** (100% para União)

DE 1989/2019 FORAM EDITADAS **390.726** NORMAS TRIBUTÁRIAS (IBPT)

3 BASES TRIBUTÁRIAS CLÁSSICAS UNIVERSAIS



**IVA ÚNICO PARA
BENS E SERVIÇOS**



**UM SÓ IMPOSTO
DE RENDA**



**PROPRIEDADE URBANA,
RURAL, VEÍCULOS E
TRANSMISSÃO**

O que mudar?

BAIXO CRESCIMENTO DA ECONOMIA
DESIGUALDADE SOCIAL

AUMENTO DA ALÍQUOTA DOS IMPOSTOS

REDUÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Efeitos Indesejáveis

AUTUAÇÕES

ALTO CUSTO BUROCRÁTICO

DÍVIDA ATIVA

CONTENCIOSO NA JUSTIÇA

ALTO CUSTO DE ARRECADAÇÃO

BAIXA GERAÇÃO DE EMPREGOS

FISCALIZAÇÃO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

REFIS

ENQUADRAMENTO INDEVIDO NO SIMPLES

AUMENTO NAS IMPORTAÇÕES

SONEGAÇÃO

INADIMPLÊNCIA

INFORMALIDADE

RENÚNCIAS / BENEFÍCIOS FISCAIS

BAIXA COMPETITIVIDADE DE NO MERCADO INTERNO

BAIXA COMPETITIVIDADE DE NA EXPORTAÇÃO

ALTA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE PRODUTOS ESSENCIAIS

Causas Raízes

IMPOSTO É DECLARATÓRIO

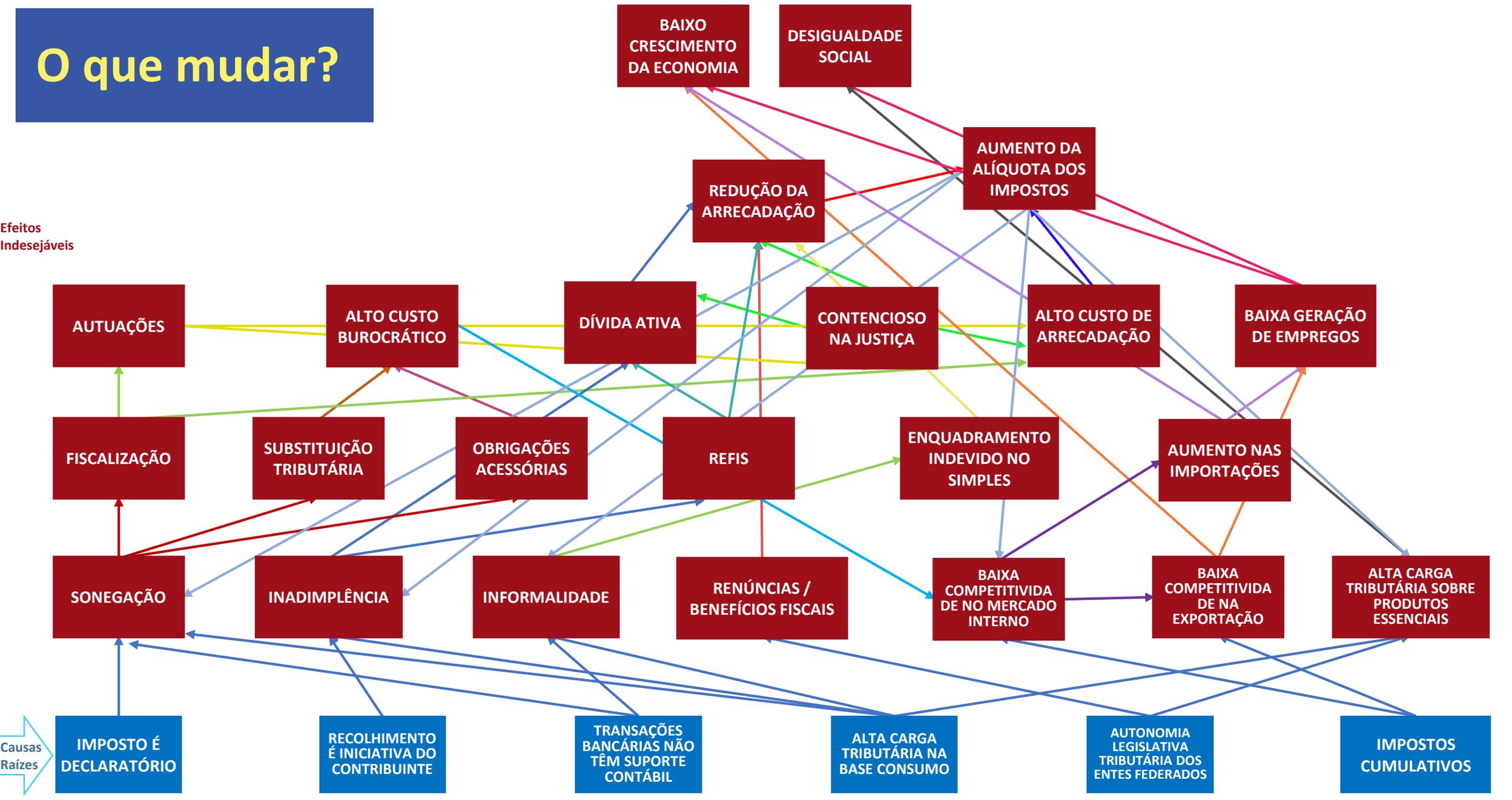
RECOLHIMENTO É INICIATIVA DO CONTRIBUINTE

TRANSAÇÕES BANCÁRIAS NÃO TÊM SUPORTE CONTÁBIL

ALTA CARGA TRIBUTÁRIA NA BASE CONSUMO

AUTONOMIA LEGISLATIVA TRIBUTÁRIA DOS ENTES FEDERADOS

IMPOSTOS CUMULATIVOS



PARA DESTRAVAR A ECONOMIA

Temos que remover as suas 6 causas raízes



1- OS IMPOSTOS DECLARATÓRIOS,

2- O RECOLHIMENTO POR INICIATIVA DO CONTRIBUINTE,

3- TRANSAÇÕES BANCÁRIAS SEM SUPORTE CONTÁBIL,

4- A ALTA CARGA TRIBUTÁRIA NO CONSUMO,

5- A AUTONOMIA LEGISLATIVA DOS ENTES FEDERADOS

6- OS IMPOSTOS CUMULATIVOS.

Para o que mudar?

Eliminando as Causas Raízes

ADOTAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO CLÁSSICO DA OCDE - 3 BASES TRIBUTÁRIAS



IVA
CONSUMO

IRPJ/IRPF
RENDA

PATRIMÔNIO

COMO PROVOCAR A MUDANÇA?

PEC 110/ 2019
PARA DESTRAVAR O BRASIL

REENGENHARIA TRIBUTÁRIA TECNOLÓGICA, FRATERNA E SOLIDARIA

ARRECAÇÃO

RECEITA DISPONÍVEL

3. Arrecadação Direta

O volume de recursos extraídos da economia compulsoriamente pelo setor público brasileiro em 2018 chegou a aproximadamente R\$ 2,39 trilhões, que, comparativamente ao PIB de R\$ 6,83 trilhões, acabou proporcionando uma carga tributária global de 35,07% do PIB no ano passado. Este montante representou um custo médio por habitante de R\$ 11.484. Na prática, cada brasileiro precisou trabalhar aproximadamente 128 dias do ano passado exclusivamente para quitar seu compromisso com o fisco. A Tabela 1 faz um detalhamento da carga tributária em 2018, sob a ótica da arrecadação direta:

Tabela 1 - Arrecadação Direta por Esfera de Governo: 2018

Esfera de Governo	2018			
	R\$ Bilhões	% PIB	% Total	Per capita (R\$)
PIB	6827,6			
POPULAÇÃO	208.494.900			
TOTAL	2.394,32	35,07	100,00	11.483,82
UNIÃO	1.572,01	23,02	65,66	7.539,80
IR	383,81	5,62	16,03	1.840,84
IPI	53,82	0,79	2,25	258,11
IOF	36,26	0,53	1,51	173,92
Imp. Sobre Comércio Exterior	40,62	0,59	1,70	194,81
ITR	1,41	0,02	0,06	6,78
Taxas	9,68	0,14	0,40	46,43
Previdência (1)	368,79	5,40	15,40	1.768,80
Cofins	238,52	3,49	9,96	1.144,02
CPMF	0,00	0,00	0,00	0,00
CSLL	77,19	1,13	3,22	370,22
PIS-PASEP	63,23	0,93	2,64	303,26
Contrib. Seg. Serv. Público (2)	17,44	0,26	0,73	83,65
Outras contribuições sociais (3)	12,71	0,19	0,53	60,98
FGTS	118,80	1,74	4,96	569,79
Contribuições Econômicas (4)	86,17	1,26	3,60	413,30
Salário Educação	21,83	0,32	0,91	104,68
Sistema S	17,08	0,25	0,71	81,93
Multas e Dívida Ativa	24,66	0,36	1,03	118,26
ESTADOS	650,27	9,52	27,16	3.118,89
ICMS	491,64	7,20	20,53	2.358,05
IPVA	44,77	0,66	1,87	214,73
ITCD	7,75	0,11	0,32	37,19
IRRF	43,07	0,63	1,80	206,57
TAXAS	24,81	0,36	1,04	119,01
Previd. Estadual	34,89	0,51	1,46	167,32
Contribuições de Melhoria e Econômicas	3,34	0,05	0,14	16,02
MUNICÍPIOS	172,03	2,52	7,19	825,13
ISS	63,78	0,93	2,66	305,89
IPRU	45,06	0,66	1,88	216,13
ITBI	11,49	0,17	0,48	55,13
IRRF	18,05	0,26	0,75	86,56
TAXAS	10,92	0,16	0,46	52,37
Previd. Municipal	13,55	0,20	0,57	64,98
Contribuições de Melhoria e Econômicas	9,19	0,13	0,38	44,06

Elaboração própria. Fontes primárias: BGU/STN, FGTS/CEF, Sistema S/RF, FINBRA/Sicofin, PIB Mensal/Bacen e SCN/IBGE.

(1) Dados extraídos da Execução Orçamentária da União. Inclui SIMPLES/Previdência

(2) Inclui "Cota-Parte do Serv. No Fundo de Saúde Militar", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN.

(3) Inclui "Receita Part. Seguro-Dpvar-Sist. Nac. de Trânsito", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN.

(4) Inclui "Util. Recurso Habitual - Est. Trânsito", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN.

Tabela 2 - Receita Tributária Disponível por Esfera de Governo: 2018

Receita Disponível	2018			
	R\$ Bilhões	% PIB	% Total	Per capita (R\$)
PIB	6.827,6			
POPULAÇÃO	208.494.900			
RECEITA DISPONÍVEL	2.394,3	35,07	100,0	11.483,8
UNIÃO	1.312,8	19,23	54,8	6.296,5
ESTADOS	602,8	8,83	25,2	2.891,1
MUNICÍPIOS	478,8	7,01	20,0	2.296,2
Transferências Constitucionais				
União para Estados	130,3	1,91	5,4	625,0
FPE	71,5	1,05	3,0	342,8
FPE _x	4,5	0,07	0,2	21,4
IOF OURO	0,0	0,00	0,0	0,0
SEGURO REC. ICMS	1,1	0,02	0,0	5,5
FUNDEB	19,1	0,28	0,8	91,8
SAL. EDUCAÇÃO	14,6	0,21	0,6	69,8
FEX (1)	0,0	0,00	0,0	0,0
CIDE	1,0	0,01	0,0	4,9
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES	18,5	0,27	0,8	88,7
União para Municípios	128,9	1,89	5,4	618,3
FPM	83,0	1,22	3,5	398,1
ITR	1,1	0,02	0,0	5,2
IOF OURO	0,0	0,00	0,0	0,1
SEGURO REC. ICMS	0,4	0,01	0,0	1,8
FUNDEB	33,0	0,48	1,4	158,3
FEX (1)	0,0	0,00	0,0	0,0
CIDE	0,3	0,00	0,0	1,6
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES	11,1	0,16	0,5	53,2
Estados para Municípios	177,8	2,60	7,4	852,8
ICMS	97,8	1,43	4,1	469,1
IPVA	22,4	0,33	0,9	107,4
FPEX	1,1	0,02	0,0	5,3
FUNDEB	56,5	0,83	2,4	271,0

Elaboração própria. Fontes primárias: STN, ANP e Aneel.

(1) Fundo destinado ao fomento das exportações (até 2004, era considerado como parcela da Lei Kandir)

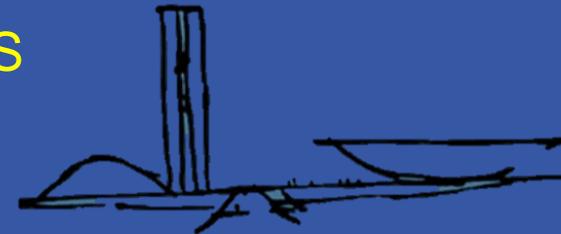
Tabela 2 - Carga Tributária Bruta de acordo com a classificação econômica – Brasil – Governo Geral – 2020/2021
Dados em: R\$ Milhões - Valores corrente; Pontos percentuais do PIB
Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2020	2021	2020	2021
Governo Geral	2.372.127	2.942.470	31,77%	33,90%
Impostos	1.742.599	2.231.774	23,34%	25,71%
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	526.576	696.007	7,05%	8,02%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	42.239	49.325	0,57%	0,57%
Impostos sobre a propriedade	121.722	143.505	1,63%	1,65%
Impostos sobre bens e serviços	1.006.348	1.280.902	13,48%	14,76%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	45.722	62.036	0,61%	0,71%
Outros impostos	-8	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	629.528	710.695	8,43%	8,19%
Contribuições para o RGPS	387.405	450.809	5,19%	5,19%
Contribuições para o RPPS	99.897	105.788	1,34%	1,22%
Contribuições para o FGTS	127.539	137.227	1,71%	1,58%
Contribuição para o PASEP	14.686	16.871	0,20%	0,19%

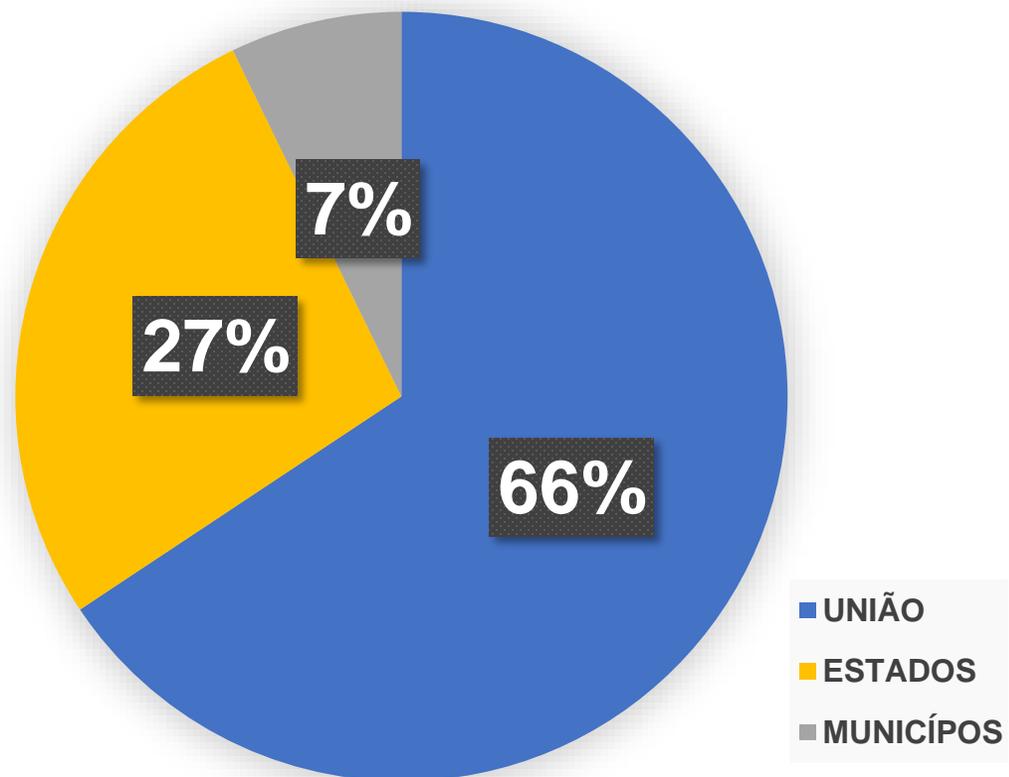
2 REGRAS DE OURO:

1ª MANTER A RECEITA DISPONÍVEL PARA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

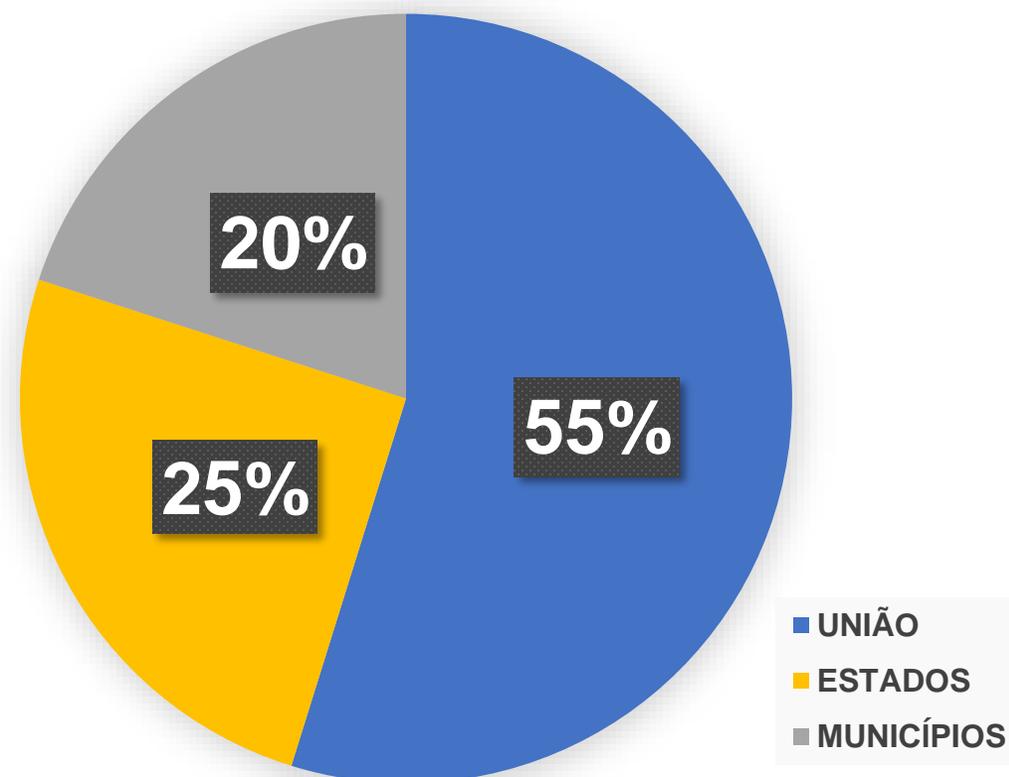
2ª NÃO AUMENTAR A CARGA TRIBUTÁRIA PARA OS CONSUMIDORES/
FAMÍLIAS E EMPRESAS



ARRECADAÇÃO DIRETA 2018



RECEITA DISPONÍVEL 2018



1º PILAR

SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO RADICAL DO MAIOR NÚMERO DE TRIBUTOS DA BASE CONSUMO/FOLHA (PEC 293-A/2004)



BASE RENDA

2 POR 1 SÓ IR

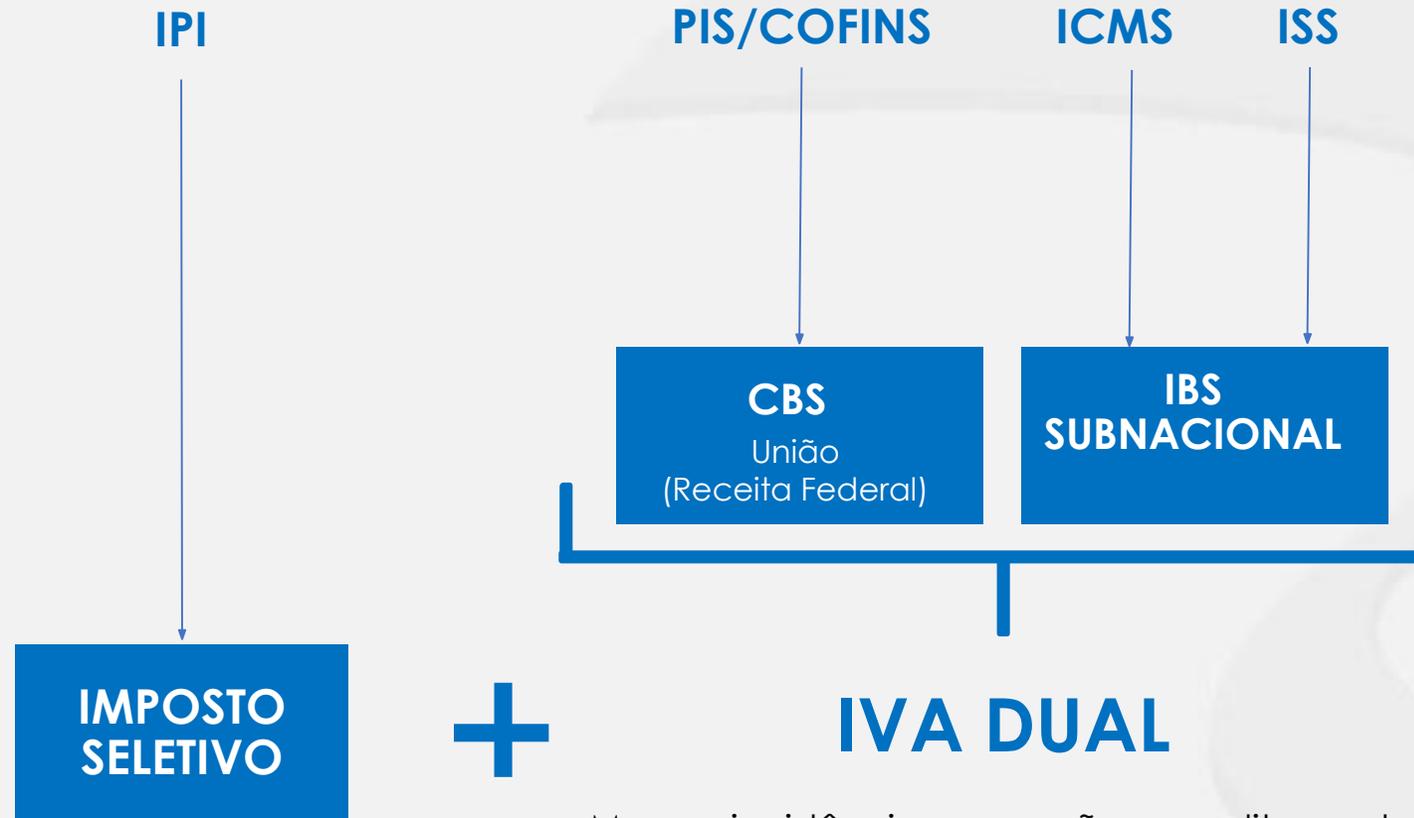
FOLHA DE PAGAMENTOS

DESONERAÇÃO DA FOLHA PARA GERAR EMPREGOS

BASE PATRIMÔNIO

MUNICIPALIZAÇÃO
IPVA PARA AVIÕES EXECUTIVOS E IATES

1º PILAR

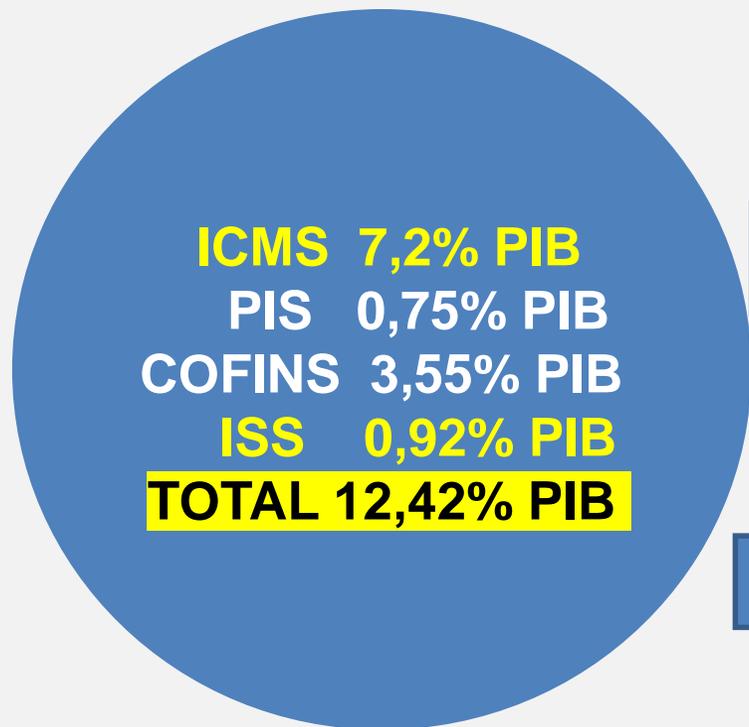


Mesma incidência, apuração e creditamento,
mas com a administração dividida

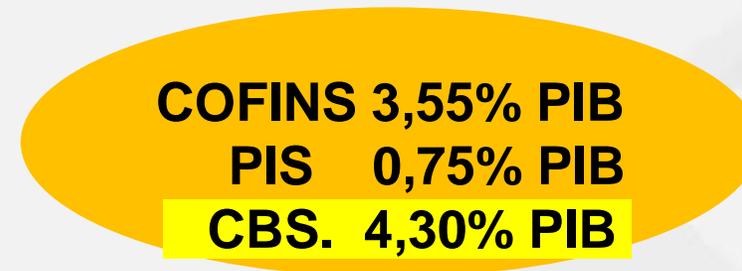
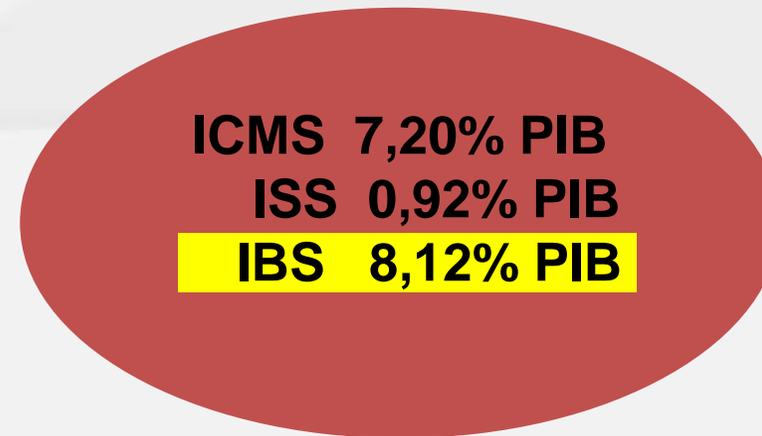
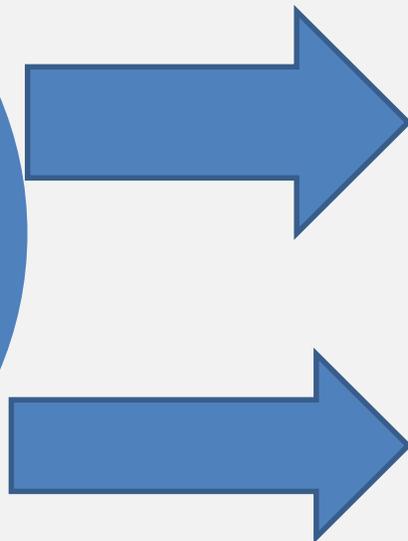
1º PILAR

ARRECADAÇÃO ICMS + ISS = IBS

ARRECADAÇÃO PIS + COFINS = CBS



CONSUMO



PIB R\$ 10 trilhões
2022

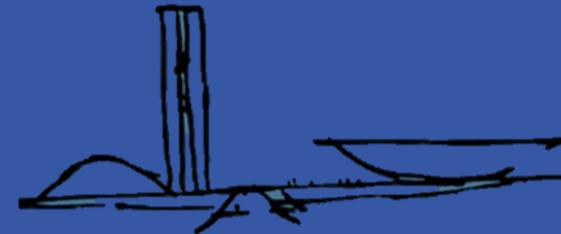
IBS
R\$ 812
bilhões

CBS
R\$ 430
bilhões

IBS+CBS=
R\$1,240 trilhão

1º PILAR

O IDEAL É ADOTAR IMPOSTO ÚNICO NA BASE CONSUMO/FOLHA E ÚNICO NA RENDA



IBS/CBS*

IR

IPTU
IPVA
ITR
ITBI
ITCMD

A CBS* - CONTRIBUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PODERÁ ABSORVER A DESONERAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL E DOS EMPREGADOS DA FOLHA E TAMBÉM TODO IOF, IPI, CIDEs, PASEP, SALÁRIO EDUCAÇÃO, SISTEMA S. E O FUNRURAL.

TRATAMENTO DIFERENCIADO AO QUE É NECESSÁRIO

A serem definidos pela Lei Complementar:

IBS - Regimes favorecidos - LC

- Atividades agropecuárias
- Alimentos e gás de cozinha
- Educação e saúde
- Transporte metropolitano de passageiros

IBS - Regimes diferenciados - LC

- Combustíveis e fumo (monofásico)
- Serviços financeiros
- Operações com bens imóveis
- Aquisições da administração pública
- Adequado tratamento ao Ato Cooperado

CBS - Regimes favorecidos e diferenciados - Lei ordinária

ZFM e Áreas de Livre Comércio

- **Garantia** de tratamento favorecido para a **ZFM no âmbito do IBS e da CBS**, até 2073
- Manutenção dos regimes especiais para as **Áreas de Livre Comércio**

SIMPLES

- Manutenção do **tratamento favorecido** para o **SIMPLES Nacional**
- No caso do IBS, **empresas do SIMPLES terão a opção** de aderir ao regime normal de tributação para poder se beneficiar integralmente da não cumulatividade

Total respeito ao pacto federativo

- **Estados e Municípios terão autonomia** na fixação das alíquotas do IBS, garantindo controle sobre suas receitas mesmo durante a transição.
- **Adequado tratamento aos Fiscos da União, Estados e Municípios**

Gestão compartilhada do IBS Subnacional

- A **administração** do IBS será feita de forma **compartilhada** entre estados e municípios, por meio do Conselho Federativo do IBS
- Competência do Conselho Federativo do IBS:
 - Gestão da arrecadação centralizada do IBS
 - Competência para editar e interpretar normas
 - Coordenação da cobrança e fiscalização pelas administrações tributárias Estaduais e Municipais
- A instância máxima de deliberação do Conselho Federativo do IBS será a Assembleia Geral, na qual todos os Estados e Municípios terão **participação paritária**.

Transição para os contribuintes

1) CBS

- Transição **imediate**, no prazo definido pela lei que instituir a CBS
- Calibragem da alíquota de forma a garantir que **não haverá aumento da carga tributária**.

2) Imposto Seletivo

- Substituição **gradual** do IPI, sem prazo definido
- Garantia de que o Imposto Seletivo **não incidirá** sobre as mesmas bases do IPI

3) IBS

- Transição em sete anos (dois anos de teste e cinco anos de transição)
- Alíquota de referência (fixada pelo Senado Federal) garante **manutenção da carga tributária**

1

Fase 1:

IBS a 1% para testes/ajustes (2 anos)

2

Fase 2:

Redução gradual de todos os tributos (5 anos)

Transição para os Estados e Municípios

- Ajuste muito suave na distribuição da receita entre Estados e Municípios, ao longo de **20 anos**

Manutenção dos critérios atuais de vinculação e repartição de receitas

- Imposto seletivo entra na base do FPE e FPM

Manutenção das destinações para saúde, educação (inclusive FUNDEB), FPE e FPM

Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)

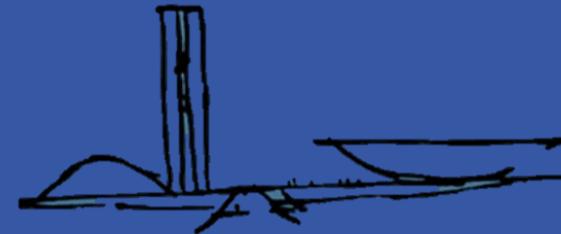
- **Política de desenvolvimento** dos estados passará a ser feita com **recursos do FDR** (recursos orçamentários)
 - Financiamento com **% da receita do IBS**
 - Mecanismo de desenvolvimento **muito mais eficiente** que a concessão de benefícios fiscais

MODELO AUTOMÁTICO DE COBRANÇA/ ARRECAÇÃO 5.0



- Cobranças bancárias de empresas contribuintes:
 - Nos boletos de cobrança ou transferências bancárias, deverão constar o número da Nota Fiscal e o valor do imposto a ser recolhido;
 - Somente após confirmado o recebimento do imposto referente a cada Nota Fiscal, é que será gerado um crédito financeiro para o contribuinte;
 - Diariamente pela liquidação do boleto será creditado ao contribuinte o valor líquido de impostos;
 - Em D+Z Será feito o crédito financeiro aos contribuintes e ao governo.

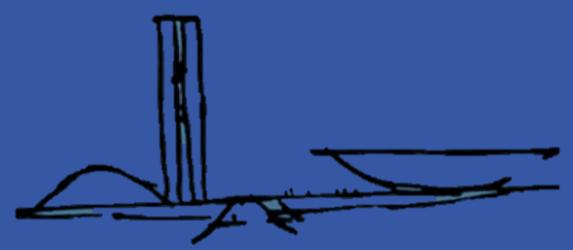
Como provocar a mudança



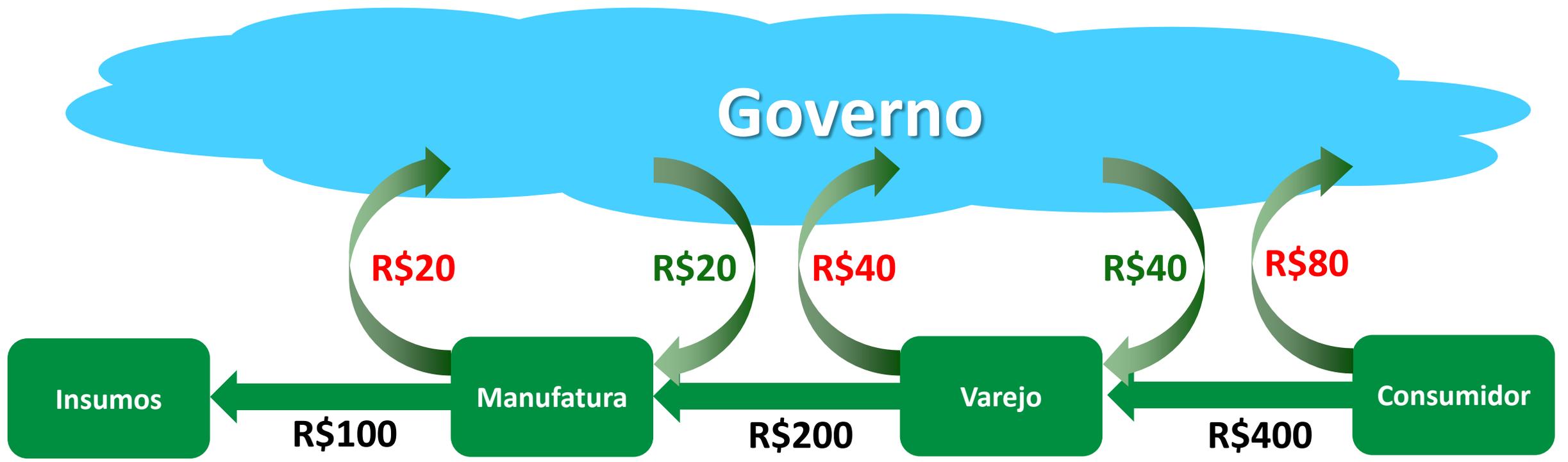
- Para cobranças por meio de pagamentos:
 - O imposto será calculado pelos sistemas de ponto de venda de cada estabelecimento;
 - Será destacado na transação o valor do imposto;
 - Os sistemas de meios de pagamento farão depósitos ao CNPJ emitente já líquido de impostos;
 - Os tributos referente as vendas à dinheiro serão recolhidos como atualmente, com base na escrituração fiscal.



APURAÇÃO E RECOLHIMENTO NO MODELO ABUHAB



Exemplo: IBS: 20%

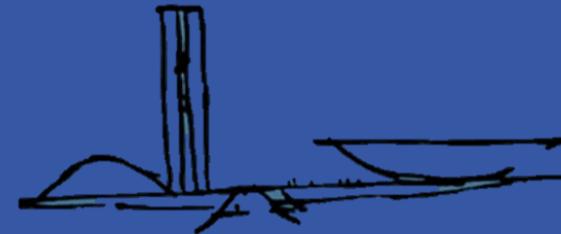


Concluindo



- **O imposto é calculado pelo Estado**
- **O recolhimento é automático pelo sistema bancário**
- **Transações bancárias passam a ter suporte contábil**
- **Unificação legislativa tributária da base de consumo**
- **Carga tributária adequada na base consumo**
- **Crédito Financeiro das etapas anteriores**

FRATERNA E SOLIDÁRIA



1º ADOPTAR ALÍQUOTA DO IBS/CBS PARA ITENS ESSENCIAIS À VIDA HUMANA

DIMINUIR 66% CARGA TRIBUTÁRIA DOS MAIS POBRES: DOS ATUAIS 53,9% DE PARA 18%

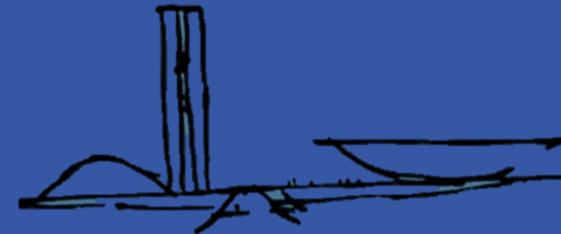
- › COMIDA
- › REMÉDIO
- › CADEIA PRODUTIVA DA SAÚDE
- › LOGÍSTICA REVERSA (Meio Ambiente)
- › EDUCAÇÃO
- › TRANSPORTE PÚBLICO URBANO

2º TRANSFERÊNCIA DA CARGA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO PARA A RENDA

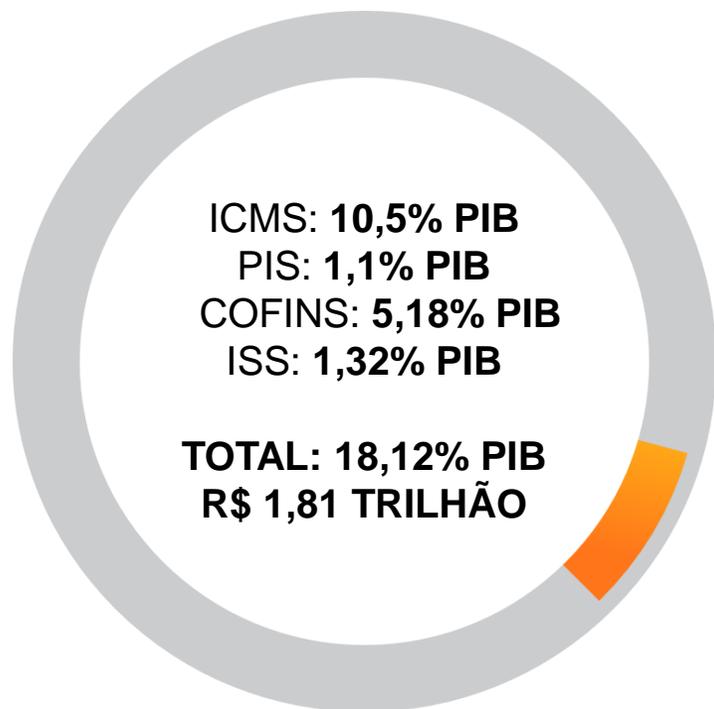
3º DEVOLUÇÃO DO IBS/CBS VIA NOTA FISCAL ELETRÔNICA BRASIL

POR CPF PARA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA. (À EXEMPLO DA NOTA LEGAL, PARANÁ, NOTA PAULISTA, ETC.)

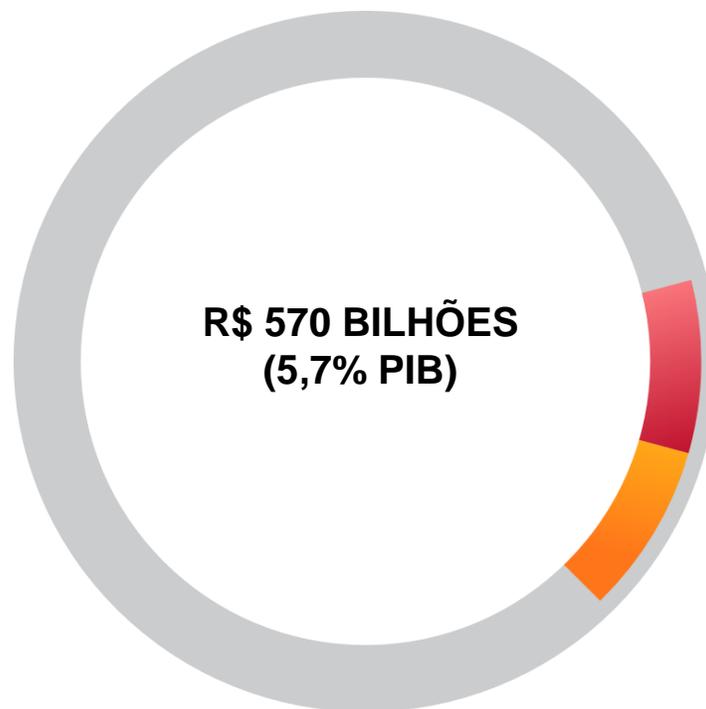
CONSUMIDOR PAGA ANUALMENTE R\$574 BILHÕES (5,74% PIB) A MAIS DE ISS, ICMS, PIS E COFINS EMBUTIDOS NOS PREÇOS DOS BENS E SERVIÇOS COMPRADOS PELOS CONSUMIDORES (FAMÍLIAS)



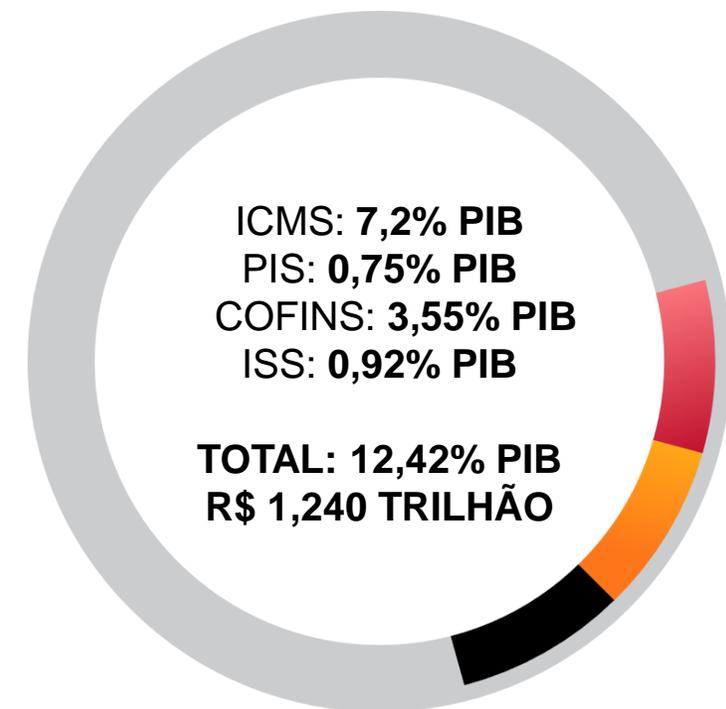
IMPOSTO PAGO PELOS CONSUMIDORES



IMPOSTO NÃO ARRECADADO



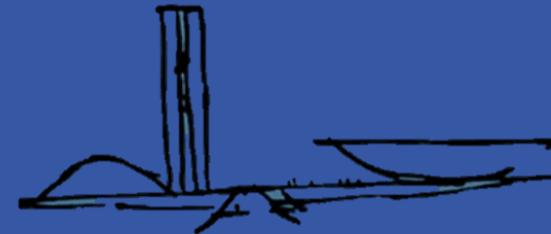
IMPOSTO EFETIVAMENTE ARRECADADO



ELIMINAR R\$ 543 BILHÕES NÃO ARRECADADOS DE “GORDURA TRANS” EMBUTIDOS NOS PREÇOS DOS BENS E SERVIÇOS (45% da arrecadação)



ESTIMATIVA DE PERDAS SÓ COM O ICMS/ISS/PIS/COFINS PARA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS, EMPRESAS E OS CONSUMIDORES



PERDAS ANUAIS COM ISS/ICMS/PIS/COFINS:

- RENÚNCIAS = R\$ 343 BILHÕES
- INADIMPLÊNCIA = R\$ 200 BILHÕES
- **SUBTOTAL = R\$ 543 BILHÕES**

SONEGAÇÃO = R\$ 400 BILHÕES
BUROCRACIA = R\$ 80 BILHÕES

SUBTOTAL = R\$ 900 BILHÕES

ESTOQUES TOTAL DE:

- CONTENCIOSO = R\$ 7,5 TRILHÕES (75% PIB)
- DÍVIDA ATIVA = R\$ 4,5 TRILHÕES (45% PIB)
- **SUBTOTAL = R\$ 8 TRILHÕES**

ARRECADAÇÃO DE
ICMS/ISS/PIS/COFINS/IPI

R\$ 1,240 TRILHÃO

**ACABAR/ELIMINAR
COM AS
RENÚNCIAS E
INADIMPLÊNCIA
FISCAIS ANUAL DE
R\$ 543 BILHÕES**

PEC 110 ELIMINANDO AS CAUSAS RAÍZES

~~BUROCRACIA • INADIMPLÊNCIA • RENÚNCIA FISCAL~~



REDUÇÃO DE 5,4% PIB

SOBRE O PREÇO DOS BENS E SERVIÇOS

FORMALIZAÇÃO DE PELO MENOS 50% (R\$ 1,2 TRILHÃO) DO PIB INFORMAL DE R\$ 2,5 TRILHÕES a.a., COM GANHO DE ARRECADAÇÃO DE **R\$ 400 BILHÕES a.a.**

GANHOS ESTIMADOS PARA OS CONSUMIDORES DE R\$ 580 BILHÕES a.a.

- › FIM DAS RENÚNCIAS/GUERRA FISCAL **R\$343 BILHÕES AO ANO**
- › FIM DA INADIMPLÊNCIA **R\$100 BILHÕES AO ANO**
- › DIMINUIÇÃO DO CONTENCIOSO FISCAL **R\$100 BILHÕES AO ANO**
- › + GANHO COM A DESBUROCRATIZAÇÃO **R\$ 80 BILHÕES AO ANO**

REDUÇÃO DA CARGA EM APROX. 5,4% DO PIB AO ANO = **R\$ 543 BILHÕES**

- › HARMONIZAÇÃO DO STN COM OCDE , CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSÃO ECONÔMICA E SOCIAL, PLENO EMPREGO, COMBATE A CORRUPÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E POLÍTICA, CREDIBILIDADE, TRANSPARÊNCIA, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, CRIAÇÃO DE UM NOVO CÍRCULO ECONÔMICO VIRTUOSO E PERENE

**REFORMA
TRIBUTÁRIA JÁ!**



DESTRAVA BRASIL

**ACOMPANHE NAS
REDES SOCIAIS**



DESTRAVABR



DESTRAVA.BRASIL



DESTRAVA BRASIL



DESTRAVABRASIL



ANEXOS

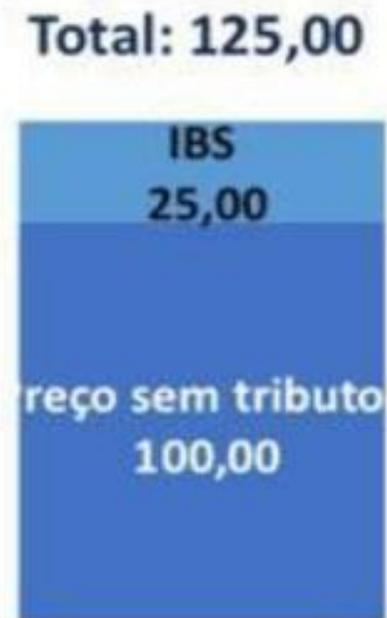


Exercício 1: considera alíquota de IBS de 25%

- Os tributos atuais têm cálculo por dentro, que eleva a tributação.
- Um IBS de 30 % de alíquota (hipótese do Governo) tem tributação 25,04 p.p. menor do que a atual. E, o IBS com alíquota de 25% (hipótese do CCiF) fica 30,04 p.p. menor que a tributação atual

Tributação atual

**IBS: Alíquota 30%
Hipótese Governo**

**IBS: Alíquota 25%
Hipótese CCiF**


PIB DATASEBRAE

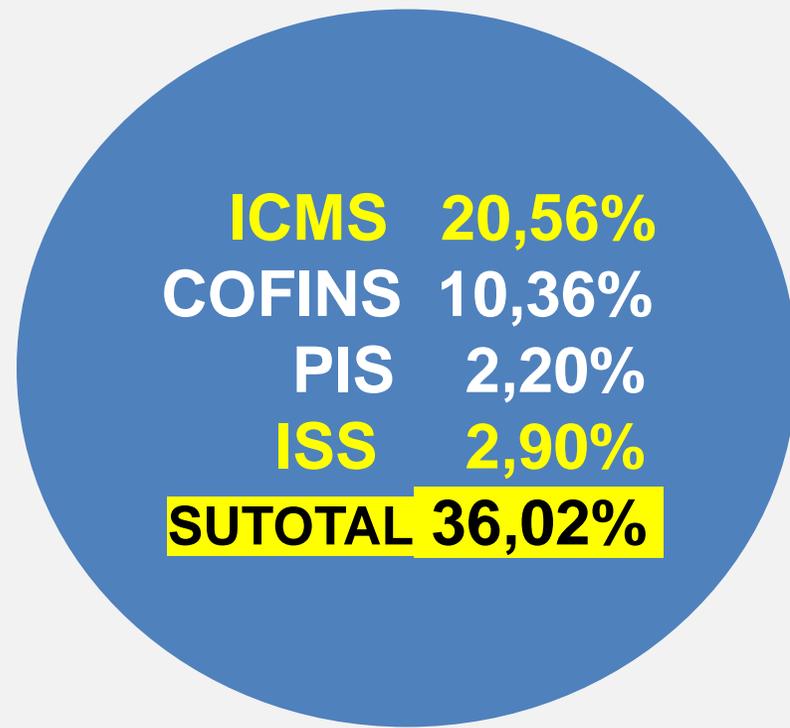
Na tabela abaixo, você confere o PIB Real (em R\$) e também consegue verificar a variação desse valor nos 10 anos anteriores. E, se quiser se aprofundar, a seguir estão detalhados os dados econômicos do ano selecionado.

**BRASIL ESTÁ
ESTAGNADO HÁ 10 ANOS**

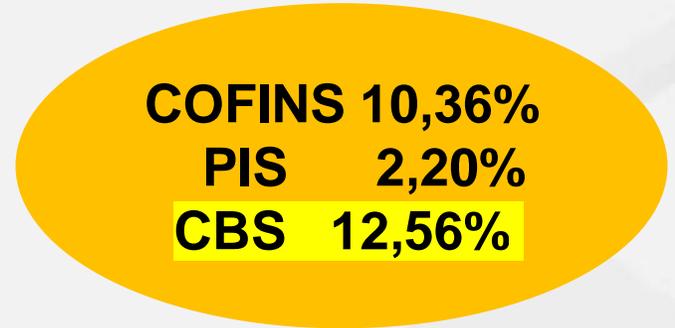
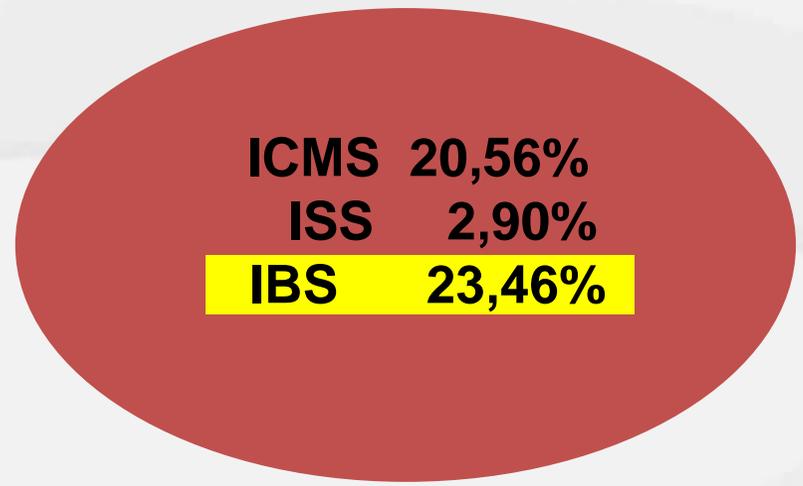
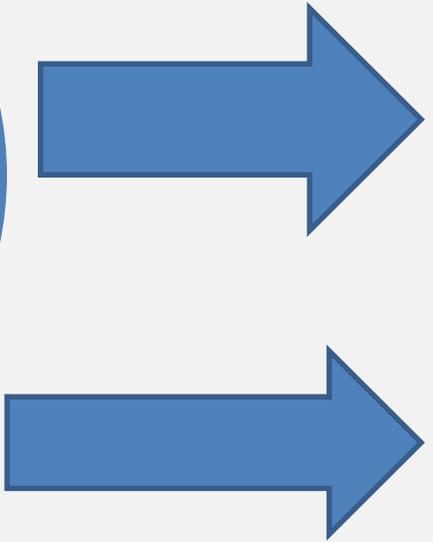
ANOS	PIB REAL	VARIAÇÃO DO PIB
2010	7,2 TRILHÕES	7.58
2011	7,5 TRILHÕES	3.97
2012	7,6 TRILHÕES	1.92
2013	7,9 TRILHÕES	3
2014	7,9 TRILHÕES	0.5
2015	7,6 TRILHÕES	-3.55
2016	7,4 TRILHÕES	-3.28
2017	7,5 TRILHÕES	1.32
2018	7,6 TRILHÕES	1.78
2019	7,7 TRILHÕES	1.41
2020	7,4 TRILHÕES	-4.06

a preços constantes (ano-base 2020)

PEC 110 – RESOLVE 36% DA ARRECADAÇÃO BRASILEIRA COM O IVA DUAL – IBS/CBS



CONSUMO



36,02% Arrecadação BRASIL	IBS 23,46%	CBS 12,56%	IBS/CBS 36,02%
-------------------------------------	-------------------	-------------------	-----------------------

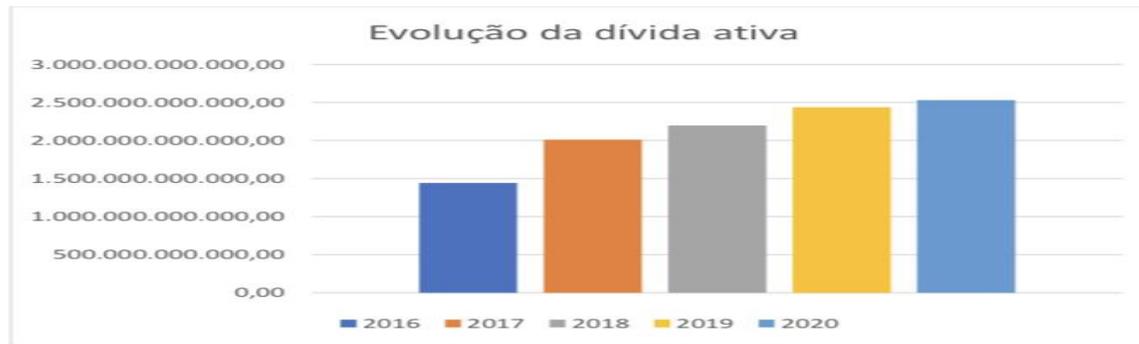
INADIMPLÊNCIA FEDERAL



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS
Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União e do FGTS
Coordenação de Acompanhamento e Controle Gerencial

Boletim de Acompanhamento Gerencial Edição Especial – 2020

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é responsável pela gestão da dívida ativa da União e do FGTS, no valor de R\$ 2,5 trilhões, referente a mais de 18,8 milhões de débitos, titularizados por 4,7 milhões de devedores. Após efetuar o controle de legalidade dos débitos com a União e o FGTS, a PGFN inscreve-os em dívida ativa e efetua sua cobrança administrativa ou judicial. Além disso, foram operacionalizados, no ano 2020, 116,9 mil pedidos de revisão de débitos inscritos, 2,9 mil pedidos de oferta antecipada de garantia e 820 mil negociações, entre parcelamentos e transações;



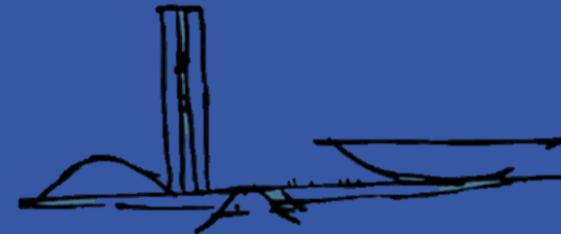
O estoque da dívida ativa aumentou 3,7% em 2020, passando de R\$ 2,4 para R\$ 2,5 trilhões. Pela primeira vez desde o início da série histórica, iniciada em 2012, a PGFN registrou uma queda na quantidade de devedores da União. Isso se deve em larga medida ao programa de depuração do estoque baseado no aprimoramento de rotinas de controle da legalidade dos débitos.

Ano/Mês da Extração	Quantidade de Devedores Agregados
12/2012	2.814.767
12/2013	2.865.526
12/2014	3.400.604
12/2015	3.651.631
12/2016	4.114.950
12/2017	4.470.081
12/2018	4.571.449
12/2019	4.909.192
12/2020	4.665.356

O ano de 2020 foi especialmente desafiador para a recuperação da dívida ativa da União e do FGTS, em virtude da crise decorrente da pandemia de Covid-19. Após um início

- Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE (2019) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS)/IBGE (2019)
- Elaboração: Própria
- Notas: *Preponderantemente a outras empresas. ** Preponderantemente a consumidor final. ***Valor maior que 100% por conta de arredondamento de casa decimal.

ATIVIDADE	% PIB (2019) Total	% PIB (2019) Serviços
Administração pública	17,4%	23,7%
Meio de cadeia (venda a outras empresas*)	13,2%	18,1%
Telecomunicações	1,1%	1,5%
Serviços financeiros	7,2%	9,9%
Atividades imobiliárias – imóveis próprios (imputados)	6,3%	8,6%
Serviços domésticos	1,2%	1,6%
Fim de cadeia (venda a consumidor final)	26,9%	36,8%
Fim de cadeia (venda a consumidor final) – comércio	12,9%	17,7%
Fim de cadeia (venda a consumidor final) – TV e rádio	0,3%	0,4%
Fim de cadeia (venda a consumidor final**) – demais	13,7%	18,7%
Total	73,3%	100,0%***



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CNAE	ATIVIDADE	% PIB Total	% PIB Serviços
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	10,2%	13,9%
8591	Educação pública	5,0%	6,8%
8691	Saúde pública	2,2%	3,0%
-	Total	17,4%	23,7%

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE (2019) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS)/IBGE (2019)

Elaboração: Própria

SERVIÇOS PREPONDERANTEMENDE DE FIM DE CADEIA (DEMAIS) – OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E MEI

89,3% das empresas (CNPJs) são optantes do Simples Nacional ou MEI

Observações:

- Base da RFB com as seguintes dimensões: UF, CNAE, regime tributário e número de CNPJs
- Na atividade de transporte, apenas 30% das empresas foram alocadas em “preponderantemente fim de cadeia” (por prestarem serviços a famílias), com base na estimativa (*proxy*) com dados da PAS/IBGE
- Nas atividades imobiliárias, apenas 35,3% das empresas foram alocadas como “preponderantemente fim de cadeia” (por prestarem serviços imobiliários)
- Nas atividades de saúde e educação, tanto a pública como a privada foram consideradas “fim de cadeia – demais”
- Foram desconsiderados os CNPJs imunes do IRPJ/isentos e inativos. Apenas no caso da atividade de saúde também foram consideradas as empresas imunes do IRPJ/isentas

Fonte: Receita Federal do Brasil (2018)

Elaboração: Própria

ICMS ESTADOS

Receitas

O gráfico 11 mostra a composição da arrecadação setorial de ICMS por UF. Em consonância com a heterogeneidade da atividade econômica, a composição do ICMS entre os Estados brasileiros também varia de forma significativa. Por um lado, percebe-se maior participação do setor primário nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, enquanto o setor secundário é mais representativo em Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo e Amazonas. O setor de combustíveis e energia elétrica é significativo para todos os entes, representando em média 30% da arrecadação, com menor peso em Roraima (9,2%) e o maior no Piauí (43,9%).

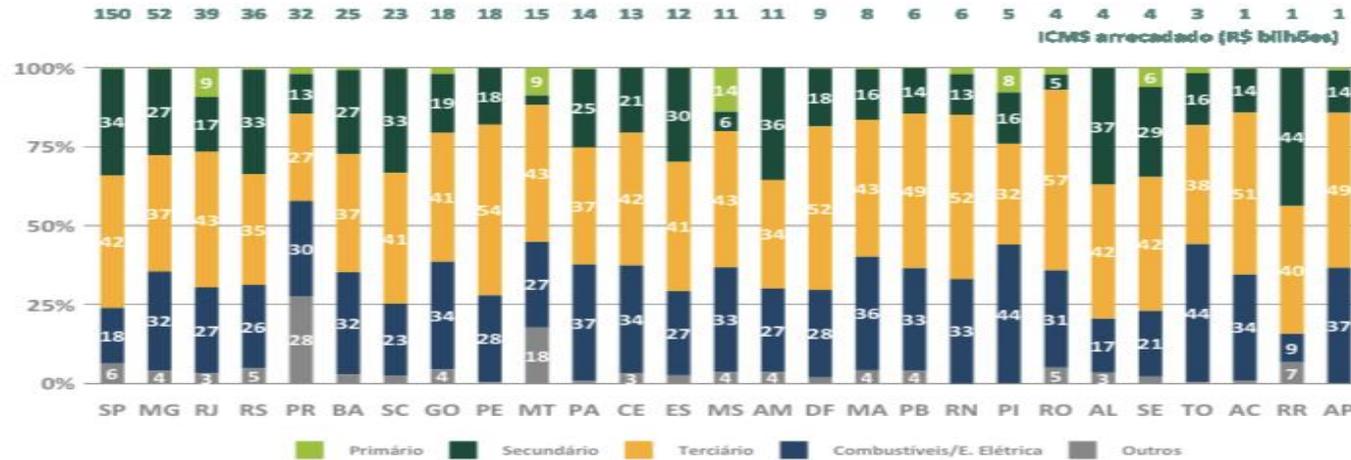
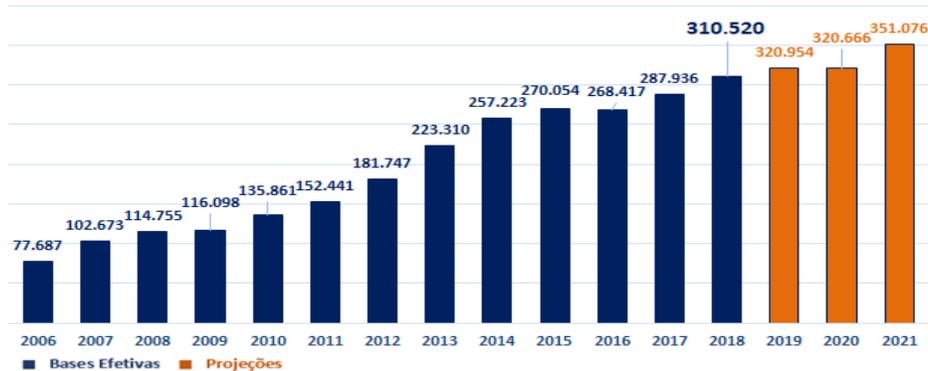


Gráfico 11
Composição do ICMS por UF
 Valores em %
 Elaboração própria
 Ordenado pelo montante de ICMS arrecadado
 Fonte: CONFAZ

EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS FEDERAL DE 2008 ATÉ 2021



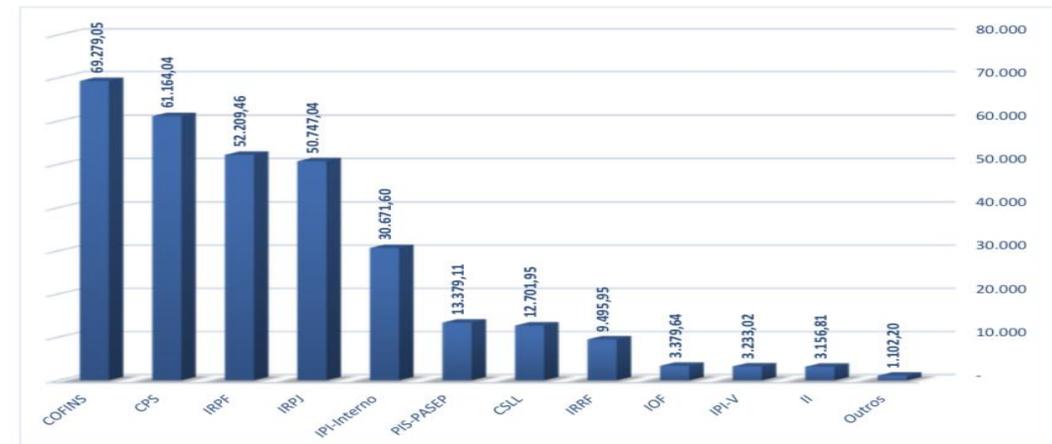
Evolução dos Gastos Tributários
(em milhões)



Evolução dos Gastos Tributários
(em % do PIB e da Receita)



QUADRO XLI
GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018
GASTOS TRIBUTÁRIOS POR TRIBUTO



TRIBUTO	VALOR	%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	69.279,05	22,31%
Contribuição para a Previdência Social	61.164,04	19,70%
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	52.209,46	16,81%
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	50.747,04	16,34%
Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	30.671,60	9,88%
Contribuição Social para o PIS-PASEP	13.379,11	4,31%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	12.701,95	4,09%
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	9.495,95	3,06%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3.379,64	1,09%
Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	3.233,02	1,04%
Imposto sobre Importação - II	3.156,81	1,02%
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	1.036,04	0,33%
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	43,37	0,01%
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE	19,99	0,01%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	2,80	0,00%
TOTAL	310.519,88	100,00%

EM 2018 FORAM R\$ 148 BILHÕES DE GASTOS TRIBUTÁRIOS COM O ICMS DOS ESTADOS

Receitas

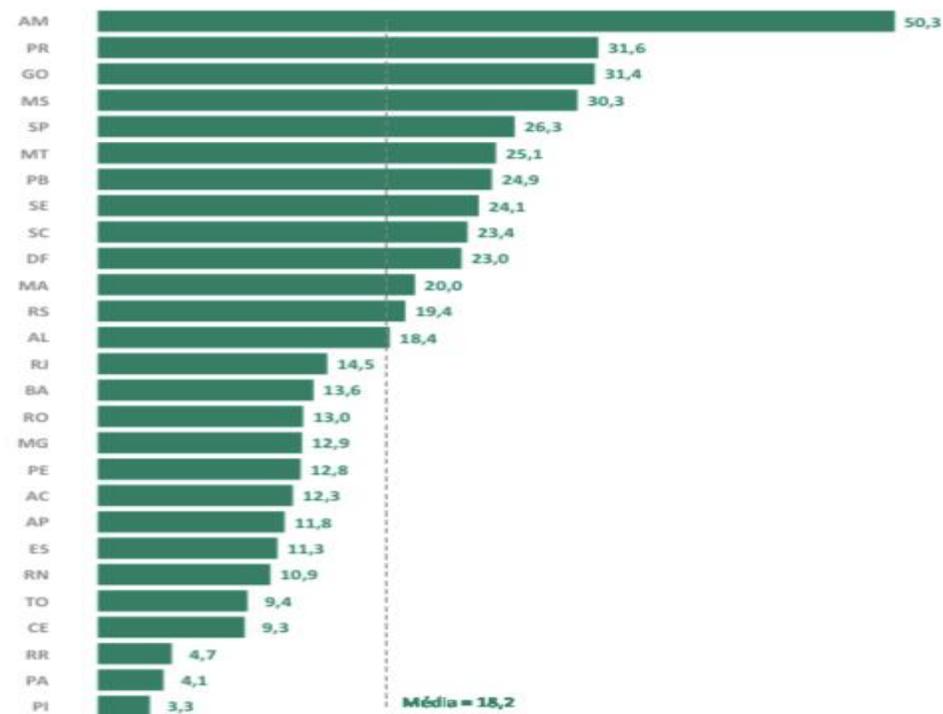
O gráfico 15 reporta a porcentagem de renúncia fiscal de ICMS como uma razão entre a renúncia total e a receita bruta de ICMS informada na DCA somada à renúncia total². Destaca-se que todos os entes enviaram as informações sobre renúncia de ICMS, ante vinte na publicação anterior. O total da renúncia informada pelos 26 Estados e pelo Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 148 bilhões em 2020.

A taxa de renúncia média ficou em 18,2% em 2020, aumento de 1,7 p.p em relação ao ano de 2019. Quando ponderada pela participação na arrecadação de ICMS, a taxa média aumenta para 21,1%. Novamente, o Estado do Amazonas apresentou a maior taxa de renúncia, em 50%, devido aos benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus. Destaca-se também o aumento da taxa de renúncia observado nos Estados de São Paulo e Paraná: de 13% e 20% para 26% e 32%, respectivamente. Esses altos valores de renúncia tornam claro que Estados possuem margem significativa para aumentar suas receitas próprias sem alteração de alíquotas, bastando reduzir benefícios fiscais. Em outras palavras, o potencial arrecadatório estadual está sendo subutilizado enquanto que, paralelamente, as transferências da União aos Estados sofrem aumentos.

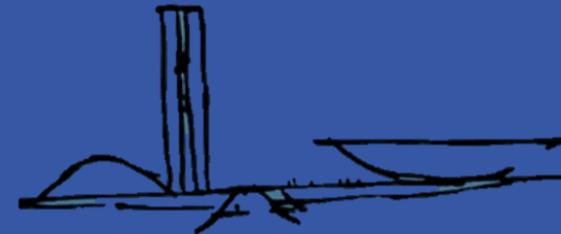
² Alguns Estados já informam em sua DCA a renúncia de ICMS dentro da receita bruta. São eles: Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. A renúncia é informada pelo próprio ente, de forma que a metodologia de cálculo pode variar de um Estado para outro.

Gráfico 15
Percentual de Renúncia de ICMS em 2020

Dados em: %
Elaboração própria
Fonte: CONFAZ



BUROCRACIA CUSTA R\$ 181 BILHÕES POR ANO SEGUNDO O IBPT



O ÚLTIMO ESTUDO DO IBPT SOBRE NORMAS TRIBUTÁRIAS TROUXE UM DADO SURPREENDENTE. OS GASTOS COM TECNOLOGIA, EQUIPAMENTO, CONTRATAÇÃO DE PESSOAS VOLTADOS A MANTER A GESTÃO EMPRESÁRIA EM CONFORMIDADE COM O FISCO PODE CHEGAR A R\$ 181 BILHÕES POR ANO.

VOCÊ SABIA?

Que o custo para estar em conformidade com o Fisco equivale a **R\$181 bilhões por ano**?

Acesse o site do IBPT e faça o download do estudo gratuitamente!

CONTECIOSO TRIBUTÁRIO 2019

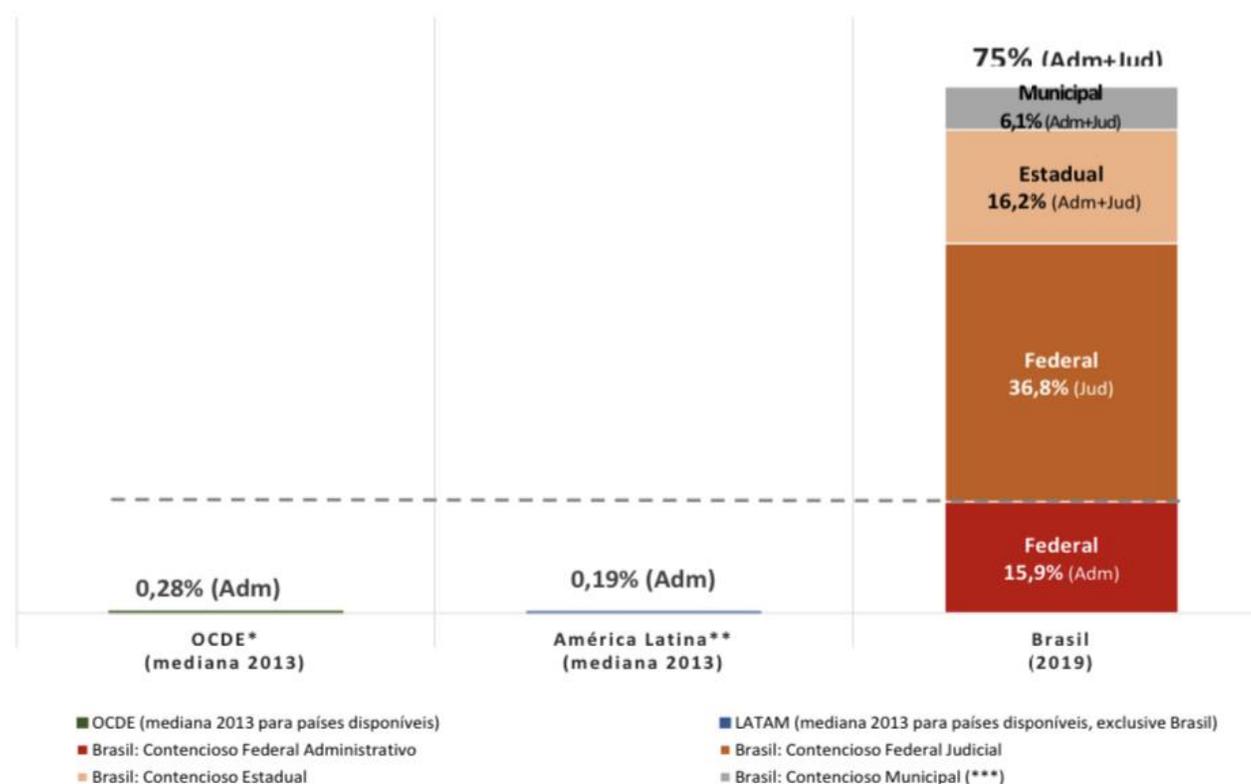
Insper

ICMS 110%

ISS 61,5%

COFINS 46,2%

Figura 6: Comparativo entre o valor do contencioso tributário, para uma amostra de países da OCDE, da América Latina (exclusive Brasil) e Brasil (% PIB)



Fonte: OCDE (2015), Secretarias estaduais e municipais de Fazenda, Siconfi/STN, PGFN e RFB.